

PROMOÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PLANEJAMENTO E NA AVALIAÇÃO EDUCACIONAL

PROMOTION OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN EDUCATIONAL PLANNING AND ASSESSMENT

Walmir Fernandes Pereira 1

Resumo: O presente artigo pretende discutir a importância de uma participação ativa de todos os agentes (Diretor, Coordenador Pedagógico, supervisor, docentes, funcionários e pais de alunos, toda comunidade escolar) responsáveis pelo processo ensino-aprendizagem, pois é através de uma Gestão Democrática e de um planejamento educacional bem elaborado que a instituição conseguirá obter resultados satisfatórios nas avaliações internas e externas.

Palavras-chave: Gestão Democrático-participativa. Planejamento Educacional. Avaliação.

Abstract: This article aims to discuss the importance of an active participation of all agents (Director, Pedagogical Coordinator, Supervisor, teachers, employees and parents of students, the entire school community) responsible for the teaching-learning process, as it is through a Democratic Management and of a well-prepared educational plan that the institution will be able to obtain satisfactory results in internal and external evaluations.

Keywords: Democratic-participatory Management. Educational Planning. Assessment.

Introdução

No meio educacional, a gestão só é democrática quando ela tem como base a participação efetiva de todos os agentes responsáveis por aquele cotidiano escolar, especialmente, nos momentos das decisões.

“A gestão democrática é um processo de aprendizado e de luta que vislumbra nas especificidades da prática social e em sua relativa autonomia, a possibilidade de criação de meios de efetiva participação de toda a comunidade escolar na gestão da escola”, afirma Dourado (1998, p.79),

Para que exista uma gestão democrático-participativa é necessário que todos estes profissionais, membros da comunidade escolar: Diretor, coordenador pedagógico, supervisor, professores de todos os segmentos escolares, funcionários da escola, os pais de alunos, tenham uma participação ativa, que vise às melhorias para a educação.

Pode-se dizer que a construção desse espaço democrático e participativo é uma tarefa difícil, pois esse trabalho não é concebível apenas por uma pessoa, e sim, por uma equipe comprometida. E a ideia de planejar é projetar, organizar os objetivos da escola e a participação de todos os setores é de fundamental importância para a realização de um bom trabalho que resultará em resultados satisfatórios por meio das avaliações.

Gestão democrático-participativa

Precisamos definir como será a participação ativa de toda a equipe para que a escola se torne um espaço democrático, onde haja espaço para os debates, para o levantamento e exposição de ideias diferentes. As reuniões pedagógicas, conselhos de classe e de escola, Grêmios estudantil, Associações de Pais e Professores são exemplos de ocasiões pertinentes às trocas de ideias.

De acordo com Libâneo (2004, p.139) há dois tipos básicos de participação. Vamos conhecê-los:

- **Participação como meio de conquista de autonomia:** por meio de canais de participação da comunidade, a escola deixa de ser uma redoma, um lugar fechado e separado da realidade, para conquistar o status de uma comunidade educativa que.

interage com a sociedade civil.

- **Participação como processo organizacional:** a participação é ingrediente dos próprios objetivos da escola e da educação. A escola é lugar de compartilhamento de valores e de aprender conhecimento, desenvolver capacidades intelectuais, sociais, afetivas, éticas, estéticas (grifo nosso).

Os dois tipos de participação articulam-se entre si. Com o primeiro, todos os sujeitos participantes de uma vida escolar sentem-se responsáveis pelas decisões que extrapolam os limites da escola. Com o segundo, a escola passa a ser um lugar de formação, onde todos vivem como cidadãos tendo uma vida social mais ampla.

Para que haja, verdadeiramente, essa gestão democrático-participativa, que ela seja sólida no espaço educativo, é preciso saber ouvir, propor, ceder, argumentar e contrapor, pois são ações que fazem parte dos pressupostos de uma educação democrática.

O diretor e o coordenador pedagógico de uma unidade de ensino podem compor a base estrutural para que se consiga colocar em prática uma gestão democrático-participativa, propiciando assim, o efetivo envolvimento dos demais sujeitos que atuam na escola.

Vejamos a seguir o contexto de atuação do diretor e do coordenador pedagógico nas unidades escolares da Educação Básica no Brasil.

Quadro 1. Quadro Atuação do diretor e do coordenador pedagógico.

Diretor	Coordenador Pedagógico
<ul style="list-style-type: none"> • Ser o articulador da proposta pedagógica. • Decifrar e compartilhar as informações contidas em leis que afetam o cotidiano escolar. • Propiciar momentos de discussão organizados, com pauta definida, com tempo e espaço para que todos participem. • Definir problemas e identificar soluções, levando em consideração a opinião de todos. • Coordenar a parte administrativa sem prejuízo do acompanhamento das questões pedagógicas. • Ressaltar as funções educativas de todos os funcionários. • Providenciar condições materiais e estruturais para que todos possam realizar seu trabalho. 	<ul style="list-style-type: none"> • Participar ativamente da elaboração e da discussão da proposta pedagógica. • Estar atualizado com pesquisas e bibliografia para orientar os professores na busca de soluções. • Garantir tempo e espaço — dois ou três horas por semana — para discussão sobre a prática docente e as relações com os alunos. • Ser o organizador do processo de educação continuada da equipe. • Ouvir as queixas dos docentes e criar uma rotina de reflexão coletiva sobre as possíveis soluções. • Planejar e avaliar em conjunto as ações didáticas. • Organizar estudos e leituras que possam levar o professor a ter autonomia sobre a sua docência.

Fonte: Gentile (2002).

De acordo com a tabela 1, pode-se notar o papel de uma equipe técnico-pedagógico (Gestor, Coordenador Pedagógico) frente a uma escola democrática, onde os objetivos a serem alcançados passam por uma Gestão que visa articular seus objetivos com os atores responsáveis pelo ensino.

Projeto Político-pedagógico (PPP)

Falar em projeto quer dizer que temos uma direção, um rumo a ser seguido. É um conjunto de ações planejadas com a finalidade de se alcançar algum objetivo.

O projeto político-pedagógico (PPP) é um dos elementos novos no espaço da gestão democrática. Ele tenciona ser o elemento norteador das práticas democráticas no espaço educativo. A noção de coletivo ganhou força e espaço influenciando todas as ações dentro da unidade escolar.

A importância da construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico está na definição do que se quer para que, através do conflito, se busque o consenso. Está em assumir um pacto coletivo para a educação; está em desenvolver a criatividade e em recriar a prática pedagógica.

Segundo Gandim (1999), existem 03 marcos necessários para a construção do Projeto Político-Pedagógico: O “situacional”, que identifica os desafios do mundo de hoje, incluindo análise da instituição, história, do papel na sociedade; o “doutrinal”, que são os pressupostos teóricos e metodológicos, as concepções de educação, ensino, aprendizagem, avaliação e currículo; e o “operacional”, que são o conjunto de diretrizes a serem seguidas na formulação do projeto.

Como fruto de um trabalho coletivo e contínuo, o projeto político-pedagógico manifesta que vivemos em um contexto dinâmico, em transformação, necessita da união de forças, para

elaborar permanentemente um “projeto” de escola.

Para isso, os valores são diagnosticados nas práticas desenvolvidas no interior da escola, permitindo, assim, a reflexão do movimento cotidiano, o resgate das experiências individuais e coletivas e a identificação de uma proposta pedagógica, administrativa e financeira para a escola.

Veiga (1996, p. 23) indica que a construção coletiva do projeto político pedagógico, que representa a participação dos atores escolares,

[...] busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com.

um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente.

[...] o projeto político pedagógico como um processo permanente.

de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de.

alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, que não.

é descritiva ou constatativa, mas é constitutiva.

Dentro de uma escola democrática há um projeto político-pedagógico que por meio do planejamento participativo, desde o diagnóstico, passando pelo estabelecimento de diretrizes, objetivos e metas, execução e avaliação, tem maior probabilidade de efetivar ações que são de interesse da comunidade escolar.

Faz-se assim, a ligação entre os elementos formais presentes na estrutura administrativa e os elementos práticos de participação social. A maneira como a escola se organiza e o modo como é executada essa organização dependem muito das concepções dos sujeitos que dela fazem parte. É preciso que haja singularidade construída democraticamente diante da pluralidade, articulando um sistema de ensino que tenha como meta a participação de todos nas políticas educacionais existentes.

Planejamento Educacional

Sobre o que é o planejamento educacional, tem-se a seguinte citação:

O planejamento da Educação, no Brasil, tem sido entendido tanto como numa acepção macro – em nível sistêmico, governamental, etc., quanto na acepção micro – em nível escolar ou mesmo de sala de aula. No primeiro caso, há duas vertentes principais. A primeira denomino aqui de governamental (envolvida diretamente com as políticas públicas em nível federal, estadual ou municipal). São várias as instituições (Conselhos de Educação, Secretarias, Ministérios, Planos de Governo) e são vários pesquisadores (Pedro Demo é um exemplo recente) que se ocupam em estudar, propor e divulgar planos (estratégicos, tácitos e operacionais) para dar conta dos problemas educacionais brasileiros. A segunda vertente macro denomino

de acadêmica, não só pelos objetivos a que se dispõe, mas,

também, pela.

estrutura do discurso que utiliza; Na acepção micro, vamos identificar também.

duas vertentes, mas com um recorte diferente do anterior; tratam-se de dois enfoques distintos: uma vertente tecnicista e outra que denomino de participativa ou crítica. Ambas se ocupam do planejamento e da avaliação focados na escola e na sala de aula; [...] (XAVIER, 2000, p. 34-35).

Pode-se perceber que o planejamento educacional compreende o processo contínuo que se preocupa com a educação em modo geral, com a finalidade de atender às necessidades individuais e coletivas dos membros da sociedade, estabelecendo o caminho adequado através de ações pensadas e estratégicas atribuídas para alcançar objetivos.

Ainda, relaciona o desenvolvimento do sistema educacional com o desenvolvimento econômico, político, social, cultural que se encontra o país e elabora condições básicas para o aperfeiçoamento dos fatores que influenciam no sistema educacional (administração, recursos humanos, estrutura, financiamentos, etc.).

Planejamento Educacional na Gestão democrático-participativa

Planejar é analisar uma dada realidade, refletir sobre as condições existentes e prever as formas alternativas de ação para superar as dificuldades ou alcançar os objetivos desejados.

Figura 1. O Ato de Planejar.



Fonte. Do autor..

Conforme a figura 1, o ato de planejar requer outras atitudes como: preparar, acompanhar, revisar, para que o objetivo proposto seja alcançado.

De acordo com Vasconcellos (2000) o conceito de planejar fica claro, pois: “Planejar é antecipar mentalmente uma ação ou um conjunto de ações a ser realizadas e agir de acordo com o previsto. Planejar não é, pois, apenas algo que se faz antes de agir, mas é também agir em função daquilo que se pensa.” (p.79).

Sendo assim, planejar pode ser obra de um indivíduo, de um grupo ou mesmamente uma coletividade social bem mais ampla, como no caso do planejamento participativo dentro de uma rede de ensino. O conceito de planejamento é algo bem amplo que pode ser compreendido de várias formas sendo que também pode ser compreendido como o define Vasconcellos (2000, p. 79): O planejamento enquanto construção-transformação de representações é uma mediação teórica metodológica para ação, que em função de tal mediação passa a ser consciente e intencional. Tem por finalidade procurar fazer algo vir à tona, fazer acontecer, concretizar, e para isto é, necessário estabelecer as condições objetivas e subjetivas prevendo o desenvolvimento da ação no tempo.

Quadro 2: Níveis de Planejamento Educacional.

Níveis de planejamento educacional	
Tipos	Características
Planejamento Educacional	Incorporando as políticas educacionais, o planejamento do sistema de educação é, portanto, “[...] o de maior abrangência (entre os níveis do planejamento na educação escolar), correspondendo ao planejamento que é feito em nível nacional, estadual e municipal” (VASCONCELLOS, 1997, p. 13).
Planejamento Curricular	É o “[...] processo de tomada de decisões sobre a dinâmica da ação escolar. É previsão sistemática e ordenada de toda a vida escolar do aluno” (VASCONCELLOS, 1997, p. 56).
Planejamento Escolar	É o planejamento global da escola, envolvendo o processo de reflexão e decisões sobre a sua organização, o funcionamento e a proposta pedagógica, ou seja, “é um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social” (LIBÂNEO, 1992, p. 221).
Planejamento de Ensino	É o “[...] processo de decisão sobre atuação concreta dos professores, no cotidiano de seu trabalho pedagógico, envolvendo as ações e situações, em constantes interações entre professor e alunos e entre os próprios alunos” (PADILHA, 2001, p. 33).
Plano	É o planejamento colocado no papel. Seu primeiro item a ser registrado deverão ser os objetivos, que dizem exatamente o que se quer conseguir. Nele, são mencionadas decisões do tipo: o que se pensa fazer, como fazer, quando fazer, com quem fazer.
Projeto	É também um documento, produto do planejamento, porque nele são registradas as decisões mais concretas de propostas que se deseja realizar. Traduz uma tendência natural e intencional do ser humano, à medida que este vive em função de projetos.
Programa	Conjunto de um ou mais projetos de determinados órgãos ou áreas, com um período de tempo definido.

Fonte: Do autor.

Segundo a tabela 2, o autor Vasconcellos salienta os diferentes tipos e características de planejamentos, para que a escola com toda sua equipe consiga realizar os objetivos propostos em seu PPP junto a toda comunidade escolar.

A escola que visa à participação de todos os profissionais nela envolvida deve implicar em sua gestão, mudanças na forma de planejar, de tratar o conhecimento, de conceber as relações no seu ambiente e fora dele, da sua capacidade de se comunicar, de avaliar e se autoavaliar e, principalmente, de estar aberta e oferecer condições de sucesso a todos, num modelo mais acolhedor, inclusivo e universal. Não se trata de responsabilizar a educação pela exclusão social vigente, mas é preciso que a escola defina seu papel e reencontre sua intenção primeira,

de acordo com Singer (cit. In Di Giorgi, p. 77, 2004).

Para que assim, o planejamento realmente surta efeitos positivos na escola, na sua organização e execução, onde deve ter em vista os objetivos definidos, com a presença de caráter coletivo, uma vez que as transformações escolares incidem sobre todos os envolvidos nela. Nas palavras de Cervi (2008, p. 56): Ao definir objetivos que impliquem a transformação do cotidiano escolar, há que se agilizar a participação e a responsabilidade de todos os integrantes da comunidade escolar, pois as mudanças não têm um fim em si mesmas, não são gratuitas. As transformações do cotidiano escolar repercutem sobre tudo e todos.

A definição dos objetivos em um planejamento educacional é algo que precisa ser pensado de forma responsável e coletiva, tendo em vista as reais transformações necessárias na instituição, classificando-as por níveis de prioridades. Esses objetivos é que direcionam os fins do planejamento. Cervi (2008) afirma que os objetivos proporcionam o senso de direção da instituição, concentrando os esforços nos planos e decisões, auxiliando também na avaliação do progresso do planejamento.

Figura 2: Decisão Partilhada.



Fonte: Do autor.

De acordo com a figura 2, o planejamento educacional de uma Instituição democrático-participativa deve partir de uma decisão coletiva sobre a realidade a ser trabalhada por todos os membros envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

Concepções de Avaliação

A Avaliação é um ato político definido por decisões técnicas que exigem de todos os profissionais da área da educação um posicionamento ético e profissional. Nesse sentido, ela deve estar planejada e articulada com os objetivos apresentados na proposta pedagógica, onde devem ser coerentes com o que a escola pretende alcançar.

A escola que vise uma gestão democrático-participativa deve ter claro que a concepção de avaliação a ser praticada naquela instituição propiciará a formação autônoma, consciente, crítica, fornecendo, portanto, informações significativas que ajudem os educadores a aperfeiçoar sua prática, sempre na busca de um melhor ensino.

Figura 3: Concepções de Avaliação.

CONCEPÇÃO TRADICIONAL	CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA
Quantitativa	Qualitativa
Classificatória	Diagnóstica
Periódica	Permanente

Fonte: Do autor.

Conforme a figura 3, podemos verificar que a Avaliação se desenvolve em duas concepções. A primeira, Tradicional, utiliza-se de instrumentos de medida, quantificação e registro dos resultados, sem considerar o processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

É um olhar sobre a avaliação que se preocupa mais com os resultados

do que com o processo de aprendizagem percorrido pelo estudante. Isso faz com que essa concepção receba várias críticas, pois favorece o desenvolvimento de ações competitivas, classificatórias e meritocráticas, durante o processo de ensino-aprendizagem. A segunda, democrática, onde a avaliação deve ser um processo contínuo ao processo de ensino-aprendizagem, permitindo identificar os progressos e dificuldades dos estudantes, além de possibilitar a reorganização dos procedimentos didático-pedagógicos. A concepção democrática utiliza-se, portanto, de métodos e ações característicos de uma avaliação qualitativa, diagnóstica, permanente e que respeita o ritmo individual de cada um (ROMÃO, 2005, p. 62).

A avaliação será verdadeiramente democrática e, conseqüentemente, transformadora na medida em que o professor redefinir os rumos de sua prática pedagógica. Para isso, é preciso, nesse sentido, que o professor tenha um novo olhar sobre o processo avaliativo, tendo consciência de que essa transformação passa pela reestruturação, quando necessário, de sua própria prática pedagógica.

O quadro seguinte, organizado a partir das ideias de Luckesi (2005, p. 18-20), esboça um paralelo entre a concepção tradicional de avaliação e a concepção democrática, mais adequada aos objetivos da escola contemporânea.

Quadro 3: Concepções Avaliativas.

CONCEPÇÃO TRADICIONAL DE AVALIAÇÃO	CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA E AVALIAÇÃO
Foco na promoção: o objetivo para os estudantes é a aprovação, a promoção. Em geral, logo no início do ano letivo, são estabelecidas as regras e os modos por meio dos quais as notas serão obtidas, para a promoção de uma série para outra.	Foco na aprendizagem: o objetivo a ser perseguido pelo estudante é a aprendizagem por meio de atividades significativas.
Resultado: as notas são registradas. Não importa como elas foram obtidas, nem o processo percorrido pelo estudante para obter o resultado. Considera a função da avaliação de forma simplista, apenas como aprovação ou reprovação, desvinculando o processo de situações reais de aprendizagem.	Resultado: a avaliação é um processo para se saber quais objetivos da aprendizagem foram atingidos, quais ainda faltam e como o professor pode auxiliar seus alunos.

Fonte: Do autor.

Quadro 4: Concepções de Avaliação.

<p>Foco nas provas: as provas transformam-se em objetos de pressão psicológica. O professor utiliza estratégias ameaçadoras e punitivas. Ex.: “Estudem! Caso contrário, vocês poderão se dar mal no dia da prova!”.</p> <p>Resultado: as provas são utilizadas como um fator negativo de motivação. Os alunos estudam apenas para obter uma boa nota, desconsiderando a importância da aprendizagem e do saber. Resulta no desenvolvimento de mau hábitos e comportamento físico tenso (estresse).</p>	<p>Foco nas competências: o trabalho pedagógico deve ter como meta o desenvolvimento de competências, formando indivíduos críticos e autônomos.</p> <p>Resultado: a avaliação deixa de ser encarada somente um objeto de obtenção de notas, mas se efetiva como instrumento de diagnóstico e acompanhamento do processo de aprendizagem.</p>
<p>Estabelecimentos de ensino centrados nos resultados das provas e exames: há uma grande expectativa com o desempenho dos estudantes para a promoção ou reprovação.</p> <p>Resultado: o processo educativo permanece oculto. Não se reflete sobre os motivos que podem ter resultado no baixo desempenho dos estudantes.</p>	<p>Estabelecimentos de ensino centrados na qualidade do ensino: os estabelecimentos de ensino desenvolvem um trabalho pedagógico que garanta a efetiva aprendizagem. Nesse sentido, preocupam-se com o indivíduo em sua totalidade (percepção do mundo, criatividade, empregabilidade, interação, criticidade, entre outros).</p> <p>Resultado: o foco da escola passa a ser a melhor aprendizagem possível de seus alunos.</p>
<p>O sistema social contenta-se com as notas: as notas são suficientes para os quadros estatísticos, não importando a qualidade e os parâmetros para sua obtenção.</p> <p>Implicação: não há garantia sobre a qualidade do ensino e o efetivo aprendizado dos estudantes, somente os resultados interessam.</p>	<p>Sistema educacional preocupado com a questão social: percebe-se que a educação é o caminho para se reverter a realidade excludente em que se vive. A educação passa a ser desenvolvida em uma concepção democrática e humanizadora.</p> <p>Implicação: valorização da educação, de resultados efetivos para o indivíduo.</p>

Fonte: Do autor.

Ao analisar a tabela 3, é preciso ressaltar que no decorrer do processo avaliativo se faz necessário escolher que concepção de avaliação da instituição e de todos os profissionais é determinante para o desenvolvimento das relações que se estabelecem entre escola, os alunos e suas famílias.

Avaliação da Educação Básica

O Governo Federal vem implantando ações para monitorar o desempenho acadêmico dos estudantes de diferentes níveis e etapas da educação brasileira, sendo fundamentais na efetivação de uma educação de qualidade. Para cada etapa de ensino foram desenvolvidas avaliações diferenciadas, aplicadas de modo a verificar os resultados da aprendizagem, considerando aspectos como: o que e como os alunos aprendem, quais os fatores associados ao rendimento escolar e impactos de fatores extra e intraescolares na aprendizagem.

Os instrumentos utilizados nas avaliações possibilitam analisar as práticas docentes, o ambiente escolar, o modelo e os processos de gestão, as condições de infraestrutura das instituições escolares, a formação e qualificação dos professores. É analisado, ainda, os fatores externos relacionados às características pessoais dos estudantes, entre eles: autoestima, nutrição, influência familiar e condições de vida.

Algumas avaliações nacionais:

SAEB

O SAEB é uma avaliação que coleta dados sobre alunos, professores, diretores de escolas públicas e privadas em todo o Brasil. É aplicado a cada dois

anos, desde 1990 e avalia o desempenho dos alunos brasileiros do 5º e 9º anos do ensino fundamental, e do 3º ano do ensino médio, nas disciplinas de Língua Portuguesa (foco: leitura) e Matemática (foco: resolução de problemas).

O INEP ([s.d.]) aponta quais são os objetivos do SAEB. Analisemos esses objetivos expostos a seguir.

- Oferecer subsídios à formulação, à reformulação e ao monitoramento de políticas públicas e programas de intervenção ajustados às necessidades diagnosticadas;
- identificar os problemas e as diferenças regionais do ensino;
- produzir informações sobre os fatores do contexto socioeconômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos;
- proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão clara dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos;
- desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa.

Prova Brasil e Provinha Brasil

A Prova Brasil avalia as habilidades em Língua Portuguesa e Matemática apenas de estudantes do Ensino Fundamental (5º e 9º anos) de escolas públicas.

Pode ser considerada uma avaliação universal, pois todos os estudantes dos anos avaliados fazem a prova, expandindo, assim, o alcance dos resultados do.

SAEB que é amostral. A Prova Brasil fornece as médias de desempenho para o país e ainda por regiões, Estados ou municípios. Já a Provinha Brasil é um instrumento de avaliação da alfabetização que objetiva realizar um diagnóstico do nível de alfabetização da rede pública de ensino.

As consequências esperadas do processo avaliatório da Provinhas Brasil são:

- correção das possíveis distorções;
- investimento em medidas que garantam melhor aprendizado;
- melhoria da qualidade do ensino;
- redução das desigualdades;
- desenvolvimento de ações imediatas para mudança no quadro detectado.

Os modelos de avaliações apresentados acima, que acontecem em nível nacional, visam investigar através de uma prática democrática, os indicadores para uma educação de qualidade, onde todos os agentes envolvidos nesse processo são avaliados de forma direta e indiretamente, analisando através do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que não é uma avaliação, mas um índice que trabalha com o cruzamento dos resultados da Prova Brasil e do fluxo escolar (aprovação, reprovação e evasão) das escolas públicas.

É importante ressaltar que por meio do IDEB é possível identificar as escolas que precisam de apoio pedagógico e/ou financeiro para ofertar um ensino de melhor qualidade a seus alunos, sendo que aquelas que se destacarem no.

cumprimento das metas poderão receber um “incremento” na verba do

Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Considerações Finais

De acordo com o texto apresentado acima, pode-se concluir que para que haja uma escola democrática, todos os membros responsáveis pelo processo de ensino-aprendizagem tem que se fazerem presentes nos atos de planejar e avaliar sendo assim, uma ação coletiva.

Pois, segundo Vasconcellos (1992) “Neste sentido, a escola planeja e atua num espaço de participação, discussão, negociação e decisão coletiva que aumenta o sentimento de pertencimento e de corresponsabilidade daqueles que pensam juntos, considerando-se a experiência dos profissionais da educação, a cultura da comunidade e os currículos locais, contribuindo para a implantação de uma cultura democrática, participativa e cidadã.”

Através de ações coletivas, de um espaço democrático-participativo, consegue-se realizar uma Gestão escolar, que trace objetivos e metas, usando do planejamento educacional as ferramentas necessárias para diagnosticar e planejar ações que viabilizem um ensino de qualidade.

O uso das avaliações como aliada a essa ação coletiva, também, traz resultados satisfatórios para a escola democrática, pois esse instrumento investigará os objetivos e metas alcançadas pela instituição no âmbito interno e externo, como apresentado no Sistema Nacional de Avaliações da Educação Básica.

Portanto, é necessário que a escola através de uma gestão centrada nos valores democráticos desenvolva o espírito participativo em seus funcionários para juntos executarem desde a prática do planejamento até a avaliação um trabalho que priorize a qualidade da educação.

Referências

CERVI, Rejane de Medeiros. **Planejamento e avaliação educacional**. 2ª Ed. Curitiba: Ibpex, 2008.

DI GIORGI, C. **Uma outra escola é possível!** Uma análise radical da inserção social e da democracia na escola do mundo globalizado. São Paulo; Mercado das Letras, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandez. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Gestão Democrática da educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

GANDIM, Danilo. Temas para um Projeto Político Pedagógico. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ROMÃO, J. E. **Avaliação dialógica**: desafios e perspectivas. 6. ed. São Paulo: Cortez/Instituição Paulo Freire, 2005.

VASCONCELOS, C.S. **Avaliação**: concepção dialético-libertadora do processo de avaliação escolar. São Paulo; Libertad, 1992. (Cadernos Pedagógicos do Libertad 3).

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento**: plano de ensino aprendizagem e projeto educativo elemento metodológico para a elaboração e realização. São Paulo: Libertad, 1995, p. 11–58.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1996.

XAVIER, M. L. M.; ZEN, M. I. H. D. **Planejamento em destaque:** análises menos convencionais. Cadernos Educação Básica 5. Porto Alegre: Mediação, 2000.

Recebido em 27 de junho de 2020.

Aceito em 23 de agosto de 2021.